

O novo humor na TV

LUIZ CARLOS LISBOA

O que se viu até agora nos primeiros debates públicos dos candidatos à Presidência da República, na televisão e em entrevistas à imprensa, é nada em comparação com o que se vai ver nas próximas semanas. A



amostra é uma predição do nosso futuro imediato e uma antevisão dos problemas que nós esperamos, por mais que a sã moral e o equilíbrio mental nos recomendem confiança e serenidade nos momentos difíceis, ainda que eles se prolonguem um pouco além do suportável.

A maior das dificuldades que se aproximam será certamente a ingovernabilidade de uma Nação que tem um Legislativo com poderes parlamentaristas, e um Executivo com algumas regalias e muitos sonhos presidencialistas. Os presidencialistas apresentam planos, traçam metas e prometem agir como se ainda estivessem nos tempos em que o primeiro mandatário do País tomava iniciativas sem consultar ninguém. Com a atual Constituição, o presidente é quase uma rainha da Inglaterra, que reina mas não governa.

O que pretendem os candidatos quando prometem fazer e desfazer, mudar e revolucionar, imprimindo o selo de sua ação aos destinos da Pátria? Estão decididos a mudar a Constituição em 1991, a partir de um novo Congresso que lhes seja fiel? Ou querem fazer o que sempre fizeram os políticos brasileiros: prometer a que for desejável e realizar o que for possível? Se esperam dobrar esse Congresso que está aí, retocando a Carta antes do prazo previsto por ela mesma para qualquer mudança, é bom que desanimem. Essa inviabilização do Executivo foi uma conquista dos políticos na Constituinte, que pouco teve dos ideais parlamentaristas mas surgiu embebida nas convicções da Nova República de que congressistas e governadores têm sido injustamente mantidos à margem das delícias do poder. O presidente da República a ser eleito em

novembro próximo terá de conviver durante um ano com um Congresso conservador (no mau sentido) e progressista (na falta de sentido habitual, tomado de horror sagrado a toda mudança e inclinado a resistir ao novo presidente — que já se pode prever quem será, e que vai derrotar as antigas e artificiais agremiações que encenam a política nacional, graças à inconsistência desses adversários.

Paciência e resignação: vamos ter de ouvir tudo de novo

Os debates dos candidatos à Presidência estão revelando que basicamente nada mudou neste País, em matéria de mentalidade e de métodos políticos. O pouco que parece novo é encarnado por Guilherme Afif Domingos, que fala uma linguagem que seus companheiros de competição nem devem entender. Mas a fase que estamos vivendo hoje no Brasil é a do voto negativo, da escolha por eliminação, da seleção com valor de protesto, e uma visão moderna como a de Afif Domingos ainda pode soar estranha aos ouvidos de quem está aprendendo a dizer não, por enquanto. Seu projeto de eliminar feudalismos cartoriais permitindo o florescimento de uma economia de mercado no País, é evidentemente assustador para a velharia política que concebeu a atual Constituição, e suas dificuldades seriam iguais ou maiores que as dos demais candidatos.

Debates com onze ou mais “estrelas” nunca foram esclarecedores, mas o que já se viu até o momento dá a medida aproximada do que vamos ter doravante, com os demais postulantes e sua concepção arcaica de vida pública. Não há discussão séria e proveitosa onde quase todos se repetem incansavelmente, nos seus estilos particulares.

E o que vem a caminho em matéria de campanha eleitoral gratuita é sombrio. O tempo obrigatório destinado ao massacre verbal vai variar de acordo com a bancada do respectivo partido no Congresso, de tal modo que o sr. Ulysses Guimarães terá 22 minutos e o sr. Aureliano Chaves nada menos de 16 minutos — o que às vezes parece infinito. Melhor perspectiva são os dez minutos que

Collor e Brizola terão, cada um, sendo o primeiro um show pessoal, desde que nada se sabe sobre esse ganhador, e o segundo uma velha performance, como os antigos quadros humorísticos de TV, que alguns gostam de ver de novo. O picadinho dos demais será nada menos que torturante, porque vai recordar a cada testemunho a crise e a indigência nacionais, que ninguém pode negar mas não é preciso estar lembrando sempre. E há mais: o atual presidente da República vai participar desse “acredite se quiser” em nome da defesa moral de seu governo, discursando à maneira antiga sobre “a campanha que os inimigos da democracia não se cansam de promover” contra ele. Que Deus se apiade de nós.

Assim, o que os debates públicos dos presidencialistas têm de moderno é mais ou menos a casca que todos têm trazido para suas campanhas, falando em privatização. Uns fazem o registro, apenas, deixando claro que para eles isso é conversa de campanha. Outros levam mais longe aquilo que no Brasil de hoje ainda é novo, e que no resto do mundo civilizado está sendo implementado há algum tempo. O “choque capitalista” do sr. Mário Covas foi tirado da campanha de Afif, a “privatização cabível” do sr. Roberto Freire é inspirada em Gorbachev, e assim por diante. O Brasil espera o 15 de novembro como quem deseja um desabafo. Será ainda o voto-vingança, aquele mesmo que elegeu governadores nas últimas eleições estaduais, mas servirá, quando nada, para eliminação do que não mais convém, e do que terá de ser rejeitado uma vez mais no futuro, porque os velhos hábitos são teimosos. Não há motivo para desespero, no momento, sendo preciso apenas muita resignação para suportar um pouco mais. Que as velhas raposas pensem que ainda somos os carneiros bobos das antigas histórias, e que pensem isso de novo nas eleições do ano que vem. Um dia elas vão saber que as coisas mudaram, e aí será tarde demais — embora talvez seja um pouco tarde também para alguns de nós, suas vítimas habituais.